



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0014818-54.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Isabel Aparecida Avila Chiusoli e outro**
 Requerido: **Banco Santander Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores almejam ao recebimento de indenização por danos morais que o réu lhes teria causado.

Alegaram para tanto que adquiriram imóvel e que parte do pagamento foi financiado junto ao réu.

Alegaram ainda que o réu demorou injustificadamente para liberar o valor financiado e quando o fez não observou cláusula contratual que especificaram.

Como se não bastasse, salientaram que o réu mesmo antes da liberação do financiamento já iniciou a cobrança das prestações a ele relativas.

As alegações dos autores estão satisfatoriamente demonstradas pela prova documental amealhada.

O contrato de fls. 13/24 representa o instrumento do financiamento firmado entre as partes, inclusive com as obrigações a cargo de cada uma delas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Os documentos de fls. 26/30, a seu turno, indicam que o montante relativo ao FGTS dos autores, também utilizado como parte do pagamento do imóvel, já estava de posse do réu em meados de maio p.p., enquanto os de fls. 31 e 34 denotam que efetivamente houve ao menos uma cobrança de importância relativa ao financiamento sem que ele tivesse ainda sido liberado.

De sua parte, o réu não refutou tais fatos ou impugnou esses documentos.

Em contestação, limitou-se a asseverar que a autora não foi negatizada, quando esse tema em momento algum foi trazido à colação, e que a hipótese vertente diria respeito a meros aborrecimentos que não configurariam danos morais passíveis de reparação.

Não lhe assiste razão, porém.

Como destacado, o réu não negou especificamente os fatos que lhe foram atribuídos, como seria de rigor.

Com isso, e levando em conta a prova amealhada, estabelece-se a certeza de que eles tiveram vez como relatado pelos autores.

A situação posta, ademais, é apta à caracterização de danos morais.

A experiência comum revela que qualquer transação imobiliária permeada de financiamento bancário envolve elevado grau de ansiedade especialmente por parte dos vendedores que desejam receber o valor ajustado o quanto antes.

No caso dos autos, houve demora excessiva para a liberação do valor financiado (as negociações pertinentes começaram em 04 de fevereiro, o contrato de fls. 13/24 foi firmado em 30 de abril, mas a liberação dos recursos aconteceu apenas em 01 de julho) e o réu em momento algum apresentou justificativa para isso.

Nesse contexto, é possível ter como certa a angústia e constrangimento a que foram submetidos os autores, especialmente com a possibilidade de desfazimento do negócio ou do aforamento de ação judicial contra eles a seu propósito.

Tudo isso, aliado à postura do réu de desinteresse para a solução do impasse, basta para que se tenha como presente a existência de danos morais por parte dos autores.

Eles em consequência fazem jus à indenização postulada, mas em valor inferior ao pleiteado porque transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelos autores em sete mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar aos autores a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA